

Magistrada alvo de PAD no CNJ é eleita para Órgão Especial do TJ-RJ

Reprodução/Facebook



Magistrada do TJ-RJ chegou a escrever que Guilherme Boulos deveria ser recebido 'na bala' depois do [decreto](#) do presidente Jair Bolsonaro que facilitou a posse de armas
Reprodução/Facebook

A desembargadora Maria de Castro Neves foi eleita para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Por ter escrito que a vereadora Marielle Franco — assassinada em março de 2018 — "foi eleita pelo Comando Vermelho", a magistrada foi condenada a indenizar em R\$ 6 mil cada um dos cinco membros da família que constam como autores de processo contra ela.

Formado por 25 desembargadores, o Órgão Especial do TJ-RJ irá julgar o senador Flávio Bolsonaro das acusações de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Além de acusar — sem nenhuma prova — Marielle Franco, a magistrada coleciona declarações polêmicas. Ela já escreveu mensagens de apoio ao então candidato Jair Bolsonaro em 2018 e, na última terça-feira (24/11), foi alvo de novo [processo administrativo disciplinar](#) no Conselho Nacional de Justiça.

Os conselheiros trataram de sete expedientes disciplinares. Em um deles, a magistrada postou uma imagem nas redes sociais dizendo que Guilherme Boulos será recebido "na bala" depois do [decreto](#) do presidente Jair Bolsonaro (PSL) que facilitou a posse de armas.

Em outro, ela [ataca](#) o próprio CNJ: "O CNJ impede o magistrado de prestar relevante serviço dentro de sua expertise. Quem perde, evidentemente, é o jurisdicionado, o cidadão. Enfim, isso é o CNJ".

A votação foi unânime. Os conselheiros concordaram com a corregedora Maria Thereza de Assis Moura, para quem as manifestações atacaram Boulos pessoalmente e, portanto, deveria haver revisão da decisão do TJ-RJ, que arquivou o processo disciplinar.



Sobre as declarações falsas sobre Marielle, a desembargadora chegou a divulgar uma nota reconhecendo que errou. Ela também afirmou à *Folha de S. Paulo* que desconhecia a vereadora do Rio de Janeiro até ler a notícia sobre o homicídio. O CNJ abriu [investigação](#) sobre essas declarações.

Em entrevista ao impresso no fim de janeiro, Jean Wyllys, reeleito deputado em outubro, disse que não iria tomar posse e deixar o Brasil, diante das ameaças que vinha recebendo. Uma das pessoas que ele diz contribuir para o clima de ódio e antagonismo que encontra nas ruas é a desembargadora.

Para ela, no entanto, a esquerda não tem senso de humor. Foi "brincadeira", [disse](#) a desembargadora à **ConJur** sobre seus comentários a respeito de Wyllys. Segundo o parlamentar, a magistrada disse num grupo no Facebook que ele deveria ser executado, por ser a favor de uma "execução profilática". "O problema da esquerda é o mau humor", se defendeu Marília.

Reclamação disciplinar: 0000273-42.2019.2.00.0000

Autores: Redação ConJur